

<div><div><div>EPR 2 Participações S.A.</div><div>CNPJ/MF nº 48.803.906/0001-70 - NIRE 3530060530-6</div><div>Ata da Assembleia Geral Extraordinária</div></div><div><p>1. Data, Horário e Local: 29/10/2024, às 9:00h, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjunto 65, sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001. 2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, em razão da presença dos acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia (conforme definido abaixo), conforme assinaturas lançadas abaixo. 3. Composição da Mesa: Presidente: José Carlos Cassaniga; e Secretário: Enio Stein Júnior. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) nos termos do artigo 10, "xii", do Estatuto Social da Companhia, a realização da 2ª (segunda) emissão, pela controlada da EPR 2 Participações S.A. ("Companhia"), a Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. ("Emissora"), de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante total de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na data de emissão das Debêntures ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, sob o regime misto de melhores esforços e garantia firme de colocação, sob o rito de registro automático, nos termos do artigo 26, inciso V, alínea "a", da Resolução nº 160 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), e nos termos e condições a serem dispostos no "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, destinada a Investidores Profissionais, da Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.", a ser celebrado entre a Emissora, a Companhia, na qualidade de fiadora, e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas", "Agente Fiduciário" e "Escritura de Emissão", respectivamente), conforme apresentados aos acionistas; (ii) a outorga e constituição, pela Emissora, da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas (conforme definido abaixo) em garantia das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido abaixo) apresentados aos acionistas; (iii) nos termos do artigo 10, "xii", do Estatuto Social da Companhia, a orientação do voto a ser proferido, pela Companhia, no âmbito da assembleia geral extraordinária da Emissora que deliberar, dentre outros assuntos, sobre os itens (i) e (ii) acima ("AGE da Emissora"); (iv) nos termos do artigo 10, "xii", do Estatuto Social da Companhia, a outorga e constituição, pela Companhia, da Fiança (conforme abaixo definido) em garantia das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura de Emissão apresentada aos acionistas; (v) nos termos do artigo 10, "xii", do Estatuto Social da Companhia, a outorga e constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido) em garantia das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido) apresentado aos acionistas; (vi) a outorga de procuração, pela Companhia ao Agente Fiduciário, pelo prazo das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; (vii) autorizar a diretoria da Companhia, bem como seus procuradores, a praticarem todos e quaisquer atos necessários para a negociação dos termos e condições e efetivação da Emissão, realização da Oferta, outorga da Alienação Fiduciária de Ações e da Fiança, bem como a adotarem todas e quaisquer medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata, incluindo, mas não se limitando a: (a) negociar e definir os termos e condições das Debêntures e da Oferta; e (b) negociar e celebrar todos os documentos relativos às Debêntures, à Oferta e à outorga da Alienação Fiduciária de Ações e da Fiança, incluindo, mas não se limitando, à Escritura de Emissão, ao Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido) e aos Contratos de Garantia (conforme abaixo definido), bem como eventuais aditamentos, inclusive, o aditamento à Escritura de Emissão para refletir o resultado do Procedimento de Coleta de Intenções (conforme termo a ser definido na Escritura de Emissão); e (viii) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores para a realização da Emissão e/ou da Oferta. 5. Deliberações: Após as oportunas discussões, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: 5.1. Aprovar a realização da Emissão das Debêntures pela Emissora e a realização da Oferta, nos termos da Resolução CVM 160, das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e nos termos e condições a serem dispostos na Escritura de Emissão. 5.2. Aprovar a outorga e constituição, pela Emissora, para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, a serem assumidas pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão, quando devidas aos Debenturistas, seja nas respectivas datas de pagamento ordinárias ou em decorrência de resgate antecipado das Debêntures ou vencimento antecipado de tais obrigações, incluindo, sem limitação, obrigação de pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme termo a ser definido na Escritura de Emissão) das Debêntures, da Remuneração (conforme termo a ser definido na Escritura de Emissão), eventuais Encargos Moratórios (conforme termo a ser definido na Escritura de Emissão), prêmios e demais encargos devidos nos termos da Escritura de Emissão, inclusive honorários devidos ao Agente Fiduciário, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar nos termos dos documentos acima referidos e/ou em decorrência da constituição, manutenção, realização, consolidação e/ou excussão ou execução das Garantias Reais (conforme definido abaixo) ("Obrigações Garantidas", com eficácia sujeita à implementação da Condição Suspensiva - Dívida Original (conforme termo a ser definido na Escritura de Emissão), cessão fiduciária, pela Emissora, nos termos do artigo 66-B da Lei 4.728, de 14/07/1995, conforme em vigor, e observados os artigos 28 e 28-A da Lei nº 8.987 de 13/02/1995, conforme em vigor, dos seguintes direitos creditórios ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas"): (a) de todos e quaisquer direitos creditórios referentes às receitas da Emissora e emergentes da Concessão, incluindo, (1) todos os direitos creditórios decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio, incluindo (a) aqueles recebidos em moeda corrente por meio de dinheiro em espécie (notas de dinheiro/moedas); e (b) aqueles recebidos através de contratos de meios de pagamento listados no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cartões de crédito, pagamentos eletrônicos, tags ou outras formas de pagamento automático relativos à tarifa de pedágio; (2) todos os direitos creditórios referentes à Contraprestação (conforme definida no Contrato de Concessão, conforme termo a ser definido na Escritura de Emissão) e recursos decorrentes da Conta Contraprestações (conforme definidos no Contrato de Concessão) que sejam liberados à Emissora passíveis de oneração nos termos do Contrato de Concessão, e (3) todos os direitos creditórios, presentes e futuros de que a Emissora é titular, decorrentes das receitas acessórias, conforme descritas no Contrato de Concessão, bem como todas aquelas que vierem a substituí-las ou sejam criadas (em conjunto, as "Receitas da Concessão"); (b) de todos os demais direitos creditórios emergentes da Concessão, presentes e/ou futuros, decorrentes ou relacionados ao Contrato de Concessão e seus futuros aditamentos, incluindo todos e quaisquer outros valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis de pagamento pelo Poder Concedente (conforme termo a ser definido na Escritura de Emissão) à Emissora durante a vigência da Concessão, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis e do Contrato de Concessão, incluindo mas não se limitando a direitos, garantias (incluindo garantias outorgadas ou que venham a ser outorgadas pelo Poder Concedente em relação a suas obrigações no âmbito do Contrato de Concessão), mecanismos de compensação, indenização ou reequilíbrios econômico financeiro previstos no Contrato de Concessão, incluindo com relação a recursos depositados na Conta da Concessão (conforme definido no Contrato de Concessão), a partir do momento em que sejam liberados à Emissora nos termos do Contrato de Concessão e do Contrato de Depositário da Conta da Concessão (conforme a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária), exceto com relação a valores que venham a ser devidos pelo Poder Concedente em razão da extinção, término (antecipado ou não) da Concessão ("Receíveis Adicionais da Concessão" e, em conjunto com as Receitas da Concessão, os "Direitos Emergentes"); (c) os direitos creditórios referentes a todos e quaisquer valores que venham a se tornar devidos ou exigíveis de pagamento pelo Poder Concedente à Emissora, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis e do Contrato de Concessão, referentes a direitos, garantias, mecanismos de compensação, indenização ou reequilíbrios econômico financeiro que sejam devidos à Emissora no âmbito de ou após a extinção ou término (antecipado ou não) da Concessão ("Direitos de Término da Concessão"); (d) de todos e quaisquer direitos creditórios que sejam devidos à Emissora relacionados a quaisquer contratos ou apólices de seguros que tenham a Emissora como beneficiária e sejam relacionadas à Concessão, no presente ou no futuro, incluindo as apólices atualmente em vigor a serem listadas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, renovações ou novas apólices, bem como eventuais indenizações decorrentes de sinistros cobertos por tais contratos ou apólices de seguro ("Receíveis dos Seguros"); (e) de todos e quaisquer direitos creditórios que sejam devidos à Emissora decorrentes de quaisquer contratos de construção relacionados à Concessão celebrados pela Emissora, que superem, individualmente, o valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), montante a ser corrigido anualmente pelo IPCA (conforme termo a ser definido na Escritura de Emissão) desde a Data de Emissão (conforme termo a ser definido na Escritura de Emissão), conforme listados no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ("Receíveis dos Contratos do Projeto"); (f) das seguintes contas a serem listadas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: (1) Conta de Liquidação (conforme termo a ser definido na Escritura de Emissão), na qual deverão ser desembolsados os recursos líquidos da Emissão, cuja movimentação, administração e liberação estarão descritas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos</p></div></div>	<p>Creditórios; (2) conta centralizadora, de movimentação restrita e de titularidade da Emissora, aberta perante o Banco Depositário (conforme termo a ser definido na Escritura de Emissão), na qual, mediante o cumprimento da Condição Suspensiva - Dívida Original, deverão ser depositados os recursos decorrentes dos Direitos Emergentes e dos Recebíveis dos Contratos do Projeto, cuja movimentação e administração estarão descritas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ("Conta Centralizadora"); (3) conta reserva, de movimentação restrita e de titularidade da Emissora, aberta perante o Banco Depositário, na qual será retido o Saldo Mínimo Reserva (conforme termo a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), cuja movimentação e administração estarão descritas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ("Conta Reserva"); (4) conta pagamento, de movimentação restrita e de titularidade da Emissora, aberta perante o Banco Depositário, na qual será retido o Saldo Mínimo Conta Pagamento (conforme termo a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), cuja movimentação e administração estarão descritas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ("Conta Pagamento"); e (5) conta indenização, de movimentação restrita e de titularidade da Emissora, aberta perante o Banco Depositário, na qual, (i) mediante o cumprimento da Condição Suspensiva - Dívida Original, deverão ser depositados os recursos decorrentes dos Direitos de Término da Concessão e Recebíveis dos Seguros; e (ii) deverão ser depositados os recursos decorrentes dos Dividendos (conforme definido abaixo), nos termos a serem previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, cuja movimentação e administração estarão descritas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ("Conta Indenização" e, em conjunto com a Conta de Liquidação, a Conta Centralizadora, Conta Reserva e Conta Pagamento, as "Contas Vinculadas"); (g) de todos os direitos de crédito, presentes e futuros, detidos pela Emissora em relação às Contas Vinculadas e a quaisquer valores depositados, que venham a ser depositados e mantidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a qualquer tempo, nas Contas Vinculadas, bem como quaisquer recursos eventualmente em trânsito para tais Contas Vinculadas, em compensação bancária ou investimentos permitidos (conforme termo a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios) e seus rendimentos, realizados com os recursos existentes nas Contas Vinculadas; (h) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, presentes ou futuros, da Emissora que possam ser objeto da cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes, a qualquer título da prestação de serviços decorrentes da Concessão, nos termos a serem previstos no "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças Sob Condição Suspensiva", a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"). 5.3. Aprovar a manifestação de voto favorável a ser proferido pela Companhia no âmbito da AGE da Emissora. 5.4. Aprovar a outorga e constituição, pela Companhia, de garantia fidejussória, na forma de fiança, para assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, de modo que a Companhia responderá, de maneira irrevogável e irretratável, como devedora solidária e principal pagadora, com a Emissora, na forma do artigo 818 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada ("Código Civil"), pelo cumprimento das Obrigações Garantidas, e renunciará expressamente aos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16/03/2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), nos termos e condições descritas na Escritura de Emissão ("Fiança"), até a Liberação da Fiança (conforme definido abaixo) ou a quitação integral das Obrigações Garantidas, o que ocorrer primeiro. A Fiança será considerada liberada, e a Companhia será automaticamente exonerada das obrigações assumidas no âmbito da Escritura de Emissão mediante confirmação, pelo Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a verificação, do Completion Físico-Financeiro do Projeto (conforme definido na Escritura de Emissão), sem a necessidade de nova aprovação societária pela Emissora e/ou pela Companhia ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ("Liberação da Fiança"). Os demais termos e condições da Fiança estarão dispostos na Escritura de Emissão. 5.5. Aprovar a outorga e constituição, pela Companhia, para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, com eficácia sujeita à implementação da Condição Suspensiva - Dívida Original e da Condição Suspensiva - Aprovação FIP Voyager (conforme termo a ser definido na Escritura de Emissão), conforme o caso, de alienação fiduciária: (i) da totalidade das ações ordinárias e preferências (presentes e futuras), de titularidade da Companhia e do Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, inscrito no CNPJ/MF sob nº 46.375.484/0001-54 ("FIP Voyager" e, em conjunto com a Companhia, as "Acionistas") e de emissão da Emissora, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Emissora ("Ações Alienadas Fiduciariamente"); (ii) de todas as novas ações ordinárias e preferências de emissão da Emissora que venham a ser por ela emitidas e subscritas ou adquiridas no futuro durante a vigência do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, bem como quaisquer bens em que as Ações Alienadas Fiduciariamente sejam convertidas, inclusive em quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários, e todas as ações de emissão da Emissora que sejam porventura atribuídas à Companhia, ou eventuais sucessores legais, incluindo mas não se limitando, por meio de bonificações, desmembramentos ou grupamentos de ações, consolidação, fusão, aquisição, permuta de ações, divisão de ações, conversão de debêntures, reorganização societária, as quais, caso sejam emitidas, subscritas ou adquiridas, integrarão e passarão a estar automaticamente alienadas fiduciariamente nos termos a serem previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e que passarão a ser incluídas na definição de "Ações Alienadas Fiduciariamente"; (iii) dos direitos, frutos e rendimentos decorrentes das Ações Alienadas Fiduciariamente da Emissora, inclusive, mas não se limitando aos direitos a todos os lucros, dividendos, juros sobre capital próprio, reduções de capital, rendas, distribuições, proventos, bonificações e quaisquer outros valores a serem creditados, pagos, distribuídos ou por outra forma entregues, por qualquer razão, aos Acionistas em relação às Ações Alienadas Fiduciariamente, bem como todos os direitos a quaisquer pagamentos relacionados às Ações Alienadas Fiduciariamente que possam ser considerados frutos, rendimentos, remuneração ou reembolso de capital; ("Dividendos"); e (iv) pela Companhia, de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, principais e/ou acessórios, decorrentes, relacionados a e/ou emergentes dos direitos de crédito da Companhia contra a Emissora advindos de contratos de mútuo e empréstimos a serem descritos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme celebrados, aditados e/ou substituídos nos termos a serem permitidos da Escritura de Emissão ("Contratos de Mútuo"), incluindo, mas não se limitando a, quaisquer privilégios, preferências, prerrogativas e ações, bem como multas de mora, penalidades, pagamentos em decorrência de execução de cláusulas penais, indenizações e/ou pagamentos em virtude de sentenças judiciais ou arbitrais a que a Companhia fizer jus nos termos dos Contratos de Mútuo, bem como quaisquer outros contratos que venham a complementá-los ou substituí-los ("Alienação Fiduciária de Ações" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas, as "Garantias Reais"), nos termos a serem previstos no "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças Sob Condição Suspensiva", a ser celebrado entre as Acionistas, o Agente Fiduciário e a Emissora, na qualidade de Interveniente anuente ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações" e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, os "Contratos de Garantia"), apresentado aos acionistas. 5.6. Aprovar a outorga de procuração, pela Companhia ao Agente Fiduciário, pelo prazo das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, de forma a constituir o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, seu bastante procurador. Desta forma, por meio desta deliberação, renuncia-se ao prazo expressamente previsto no estatuto social da Companhia. 5.7. Autorizar a diretoria da Companhia, bem como seus procuradores, a praticarem todos e quaisquer atos necessários para a negociação dos termos e condições e efetivação da Emissão das Debêntures, realização da Oferta e outorga da Alienação Fiduciária de Ações e da Fiança, bem como a adotarem todas e quaisquer medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata, incluindo, mas não se limitando a negociar, (a) e definir os termos e condições das Debêntures e da Oferta; e (b) negociar e celebrar todos os documentos relativos às Debêntures, à Oferta e à outorga da Alienação Fiduciária de Ações e da Fiança, incluindo, mas não se limitando, à Escritura de Emissão, ao "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, sob Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.", a ser celebrado com as instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratados para coordenar e intermediar a Oferta ("Contrato de Distribuição") e aos Contratos de Garantia, bem como eventuais aditamentos, inclusive, o aditamento à Escritura de Emissão para refletir o resultado do Procedimento de Coleta de Intenções. 5.8. Ratificar todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou seus procuradores para o cumprimento das deliberações ora tomadas. 6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das S.A. 7. Assinaturas: Mesa: Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior. Acionistas: Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. (por: Danilo Dias Garcez de Castro Daria e Luiz Felipe Setten Fustaino) e Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (por: Perfin Infra Administração de Recursos Ltda., que, por sua vez, é representada por Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Carolina Maria Rocha Freitas). A presente ata foi lavrada em 1 (uma) via digital, em livro próprio, tendo-se dela extraído cópias enviadas ao registro de comércio. São Paulo, 29/10/2024. JUCESP nº 420.741/24-0 em 08/11/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.</p>
---	--

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/11/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Companhia de Serviço de Água,
Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá - SAEG

CNPJ nº 09.134.807/0001-91 - NIRE 35300345584

Ata da 150ª Reunião do Conselho

Aos 22 dias do mês de dezembro de 2023, às 09:00hs, por convocação do Sr. Presidente da Companhia reuniram-se de forma híbrida e na sede da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá, situada neste município, à Rua: Xavantes, nº 1.880, Jardim Aeroporto, os membros do Conselho de Administração, **Srs. Miguel Sampaio Junior, Renato Barboza Valentim, João Batista Coelho de Oliveira, Margarida Sueli Macedo Bredariol Canettieri e José Carlos Guimarães Porto**. Contou com a presença do Diretor Administrativo e Financeiro, o senhor **Diogo Tavares Margato**. Presidiu a mesa o **Sr. Renato Barboza Valentim**, que convidou a mim, **Diogo Tavares Margato**, para secretariar a sessão. Instalada a reunião, procedeu-se à leitura dos assuntos constantes da ordem do dia que foram submetidos à apreciação. Dessa forma, o presidente da mesa determinou que fosse cumprida a seguinte ordem: **a)** Recondução da Diretoria Executiva da Companhia; **b)** DRE - Novembro; **c)** Readequação bolsa auxílio - estagiários; **d)** Suplementação de Receita - Protatar AGEVAP; **e)** Reajuste Salarial dos Advogados; **f)** Destinação do resultado do exercício. **Abrindo 05 Trabalhos, a)** o senhor Miguel Sampaio Junior, Diretor Presidente da Companhia, apresentou ao membros do Conselho de Administração a proposta de recondução dos Diretores Executivos, conforme indicações a seguir: **Sr. Miguel Sampaio Júnior**, brasileiro, casado, Bacharel em Ciências Jurídicas e Matemática, portador do RG nº 6.418.727-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 740.596.378-15, residente e domiciliado no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, na Rua Maurílio Ferraz dos Santos, nº 85, Mirante do Vale, CEP: 12.516-450, como Diretor Presidente da Companhia; o **Sr. Marcos Guimarães Silva Filho**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador do RG nº 6.511.532-6 e do CPF nº 808.581.988-00, residente e domiciliado no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, na Rua Irmã Maria Benigna do Divino Coração, 44, Parque das Árvore, CEP: 12506-390, na Diretoria de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário; **Bruno Vilas Boas de Castro**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG. nº: 42.151.8194, inscrito no CPF sob o nº: 407.170.088-27, residente e domiciliado na Av. Pedro de Toledo, 71, Apto 135 - Vila Paraíba - Guaratinguetá - SP - CEP: 12.515-690, na Diretoria de Planejamento, Manejo de Resíduos e Meio Ambiente; **Diogo Tavares Margato**, brasileiro, casado, Bacharel em Ciência da Computação, portador da cédula de identidade RG. nº. 43.742.178-8, inscrito no CPF sob o nº. 227.876.968-56, residente e domiciliado na Rua Antônio de França Velozo, 67, Jardim Rony - Guaratinguetá - SP - CEP: 12.506-070, na Diretoria Adminsitrativa e Financeira; **Saluar Pinto Magni**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG. nº. 27.027.365-7, inscrito no CPF sob o nº. 266.587.158-07, residente e domiciliado na Rua Professor Waldemar Ferreira, 152 - Vila Comendador Rodrigues Alves - Guaratinguetá – SP, CEP: 12.511-120, para ocupar a Diretoria Comercial. Após as devidas explicações, foi aprovado por unanimidade dos membros presentes a **Recondução** dos senhores diretores acima qualificados para exercerem suas funções pelo prazo de gestão de 2 (dois) anos no período de 03/01/2024 a 02/01/2026, com excessão ao senhor Diretor Marcos Guimarães Silva Filho que exercerá suas funções até 02/01/2025, nos termos estatutários e, que neste ato tomam posse nos respectivos cargos para os quais foram reconduzidos mediante assinatura dos termos de posses lavrados em livro próprio e declaram expressamente, sob as penas da lei, que não possuem qualquer impedimento por lei, que não estão incluídos em nenhum crime que os impeçam de exercerem atividades mercantis ou administrar a sociedade, bem como que não estão condenados ou sob efeitos de condenação, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ou suborno, concussão, peculato ou por crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **b)** Foi apresentado o Demonstrativo de Resultado do Exercicio - DRE acumulado até novembro, onde a SAEG obteve o resultado de R\$ 6.520.684,42 (seis milhões, quinhentos e vinte mil, seissentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos). **c)** Foi apresentado ao Conselho a proposta da correção do valor de bolsa auxílio dos estagiários conforme mercado, portanto aprovamos a readequação através da Portaria Normativa nº 10.00/017/2023 que Altera a Portaria Normativa 10.00/009/2023, estabelecendo novos valores de bolsa auxílio e vale transporte e lá outras providências. O valor da bolsa auxílio será de R\$ 1.619,70 para nível superior e R\$ 1.238,60 para nível técnico. O valor do vale transporte será de R\$ 274,39. **d)** Suplementação de Receita-Programa PROTATRAR AGEVAP onde a SAEG recebeu o valor de **R\$ 9.454.647,28** (nove milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seissentos e quarenta e sete reais e vinte e oito centavos), considerando o exposto, solicitamos a suplementação na Receita do Orçamento de 2024 no valor de **R\$ 82.154.316,17** (oitenta e dois mil, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e dezesseis reais e dezessete centavos) para **R\$ 91.608.963,45** (noventa e um milhões, seissentos e oito mil, novecentos e sessenta e três e quarenta e cinco centavos). **e)** A Diretoria Executiva apresentou a proposta para equilibrar os salários dos Advogados da Companhia e equiparar com o piso salarial dos procuradores do Município. A SAEG propõe o reajuste de 4,78% do seu salário base, atualmente de R\$ 8.361,48. Sendo este reajuste de R\$ 399,80. O valor base atualizado será de **R\$ 8.761,28** (oito mil, setecentos e sessenta e um mil e vinte e oito centavos). **f)** Foi apontado pela Auditoria Interna, a necessidade de regularização da destinação contábil do resultado do exercício. A destinação para reservas conforme legislação e estatuto da Companhia, o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, cujo lucro líquido exercício foi de **R\$ 2.012.001,27** (dois milhões doze mil e um reais e vinte e sete centavos). Sendo destinado R\$100.600,06 (cem mil e seissentos reais e seis centavos) para Reserva Legal. Os demais valores dos lucros acumulados, já compensados dos prejuízos anteriores de **R\$ 362.067,43** (trezentos e sessenta e dois mil e sessenta e sete reais e quarenta e três centavos) e acrescidos dos ajustes realizados referentes a exercicios anteriores de **R\$ 3.481.866,12** (três milhões e quatrocentos e oitenta e um mil e oitocentos e sessenta e seis reais e doze centavos), serão destinados a Reserva de Lucros para posterior análise de destinação ao final do exercício de 2023, totalizando **R\$ 5.031.199,90** (cinco milhões e trinta e um mil e cento e noventa e nove reais e noventa centavos) em Reservas de Lucros. E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi esta ata lida e, achada conforme, aprovada por todos os presentes. Documentos Arquivados na Secretaria da Companhia. Certifico que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. Guaratinguetá, 22 de dezembro de 2023. Renato Barboza Valentim, Presidente; José Carlos Guimarães Porto, Vice-Presidente; Miguel Sampaio Junior, Membro; Margarida Sueli M. Bredariol Canettieri, Membro; João Batista Coelho de Oliveira, Membro e Diogo Tavares Margato, Doretor Administrativo/Financeiro. JUCESP nº 79.768/24-6 em 20/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Estok Comércio e Representações S.A.

CNPJ/MF nº 49.732.175/0001-82 - NIRE 35300446666

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **Estok Comércio e Representações S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/76 e no artigo 9º, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia a comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 21 de novembro de 2024, às 10h, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida José Cesar de Oliveira nº 21, Conjuntos 31, 32 e 33, Bloco III, Vila Leopoldina, CEP 05317-000, para apreciar e deliberar sobre: **(i)** consignar o término do mandato, destituição e/ou recebimento de renúncia dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme aplicável; e **(ii)** a eleição dos Srs. Marcelo Rodrigues Marques, Mário Carlos Fernandes Filho e Alvaro Taia Jr. para os cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral Extraordinária portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 11, parágrafo unico, do Estatuto Social da Companhia, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. A Administração da Companhia permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos e instruções adicionais que se façam necessários. São Paulo, 13 de novembro de 2024. **Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges**, Presidente do Conselho de Administração. (13, 14 e 15/11/2024)

Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ/MF nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

Ata de Reunião da Diretoria realizada em 25 de outubro de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 25 de outubro de 2024, às 10 horas, na sede da Companhia Nitro Química Brasileira ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dr. José Artur Nova, nº 951, CEP 08090-000. **1. Convocação e presenças:** Regularmente convocados, participaram da reunião a totalidade dos membros da Diretoria da Companhia Nitro Química Brasileira ("Companhia"), os Srs. Marcos de Barros Cruz, Marcos Romanoski, Francisco José Carrara Fava e Thiago Sampaio de Athayde. **2. Mesa Diretora:** Assumiu a Presidência da Mesa Diretora dos trabalhos o Sr. Marcos de Barros Cruz, Diretor Geral da Companhia, tendo o Sr. Thiago Sampaio de Athayde, como Secretário. **2. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar a respeito do aporte de capital em favor da Unidade da Companhia no Paraguai ("**Nitro Química Paraguay S.A.**"), no valor de US\$ 13.000(treze mil de dólares dos Estados Unidos). **3. Deliberações:** Nos termos do artigo 22, (h), pela unanimidade de seus membros e sem quaisquer ressalvas, a Diretoria resolve: **3.1.** Aprovar o aporte de capital a ser feito em favor da Unidade da Companhia no Paraguai ("**Nitro Química Paraguay S.A.**"), no valor de US\$ 13.000 (treze mil de dólares dos Estados Unidos), cujos instrumentos da operação ficarão arquivados na sede da Companhia. **3.2.** Por fim, foi decidido que a Ata desta reunião será lavrada na forma de forma sumária. **4. Encerramento, Lavratura e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 25 de outubro de 2024. (ass.:) Marcos de Barros Cruz – **Presidente da Mesa**; Thiago Sampaio de Athayde – **Secretário. Membros da Diretoria:** Marcos de Barros Cruz; Marcos Romanoski; Thiago Sampaio de Athayde. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 394.915/24-0 em 06/11/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Companhia de Serviço de Água,
Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá - SAEG

CNPJ nº 09.134.807/0001-91 - NIRE 35 3 0034558 4

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Aos 22 dias do mês de dezembro de 2023, às 11h00min, reuniram-se de forma híbrida e na sede da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá- SAEG, localizada na Rua Xavantes, nº 1.880, Jardim Aeroporto, CEP: 12512-010, com fundamento no artigo 14, incisos V e VI do Estatuto Social, foi instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária. **Convocação:** Dispensada nos termos do artigo 124, §4º, da Lei Federal 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Presenças:** Presente a totalidade do Capital Social, de Titularidade do Município de Guaratinguetá, nesse ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Marcus Augustin Soliva, os membros do Conselho de Administração Srs. José Carlos Guimarães Porto, João Batista Coelho de Oliveira, Margarida Sueli Macedo Bredariol Canettieri, Miguel Sampaio Júnior e o Sr. Renato Barboza Valentim, e presente o Sr. Diogo Tavares Margato- Diretor Administrativo e Financeiro. Presidiu a Assembleia o Senhor Marcus Augustin Soliva, prefeito municipal representando o Município, que convidou a mim Diogo Tavares Margato para secretariar a sessão. Instalada a reunião, procedeu-se à leitura do assunto constante da ordem do dia que foi submetido à apreciação. Dessa forma, o presidente da Assembleia determinou que fosse cumprida e seguida a **Ordem do Dia:** **a)** Indicação e eleição de novo membro do conselho fiscal o senhor **Laércio Andrade dos Santos**; **b)** Reconduzir ao cargo de Conselheiro de Administração os senhores **José Carlos Guimarães Porto, Margarida Sueli Macedo Bredariol Canettieri, João Batista Coelho de Oliveira, Miguel Sampaio Júnior, Renato Barboza Valentim**; **c)** Reconduzir ao cargo de Conselheiro Fiscal os senhores **Alexandre Augusto Rocha da Costa, Giuliano Lobo França, Mauricio Lobosco Werneck e Tânia Mara Reis de Souza Rodrigues da Silva**: Presente o quórum, foram iniciados os trabalhos conforme ordem do dia: **a)** o senhor Miguel Sampaio Júnior, Diretor Presidente da Companhia, avocou o Estatuto Social vigente e fez leitura dos artigos 21 e seguintes, artigo 75 e seguintes. Ato contínuo, submeteu, ao colegiado, o *currículum vitae* e documentos do indicado para compor o Conselho Fiscal da Companhia, o senhor **Laércio Andrade dos Santos**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador do RG nº 4.503.850-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 740.936.148-49, residente e domiciliado no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, na Rua Rafael Brotero, nº 35, Centro, CEP: 12.500-300, para compor o Conselho Fiscal em substituição, ao senhor Conselheiro **José Antônio dos Santos Martins**. Após deliberação foi eleito por unanimidade de votos para compor o Conselho Fiscal da Companhia, para exercer suas funções no período de 03.01.2024 a 02.01.2026; **b)** Por unanimidade de votos, foram reconduzidos ao cargo de Conselheiro de Administração da Companhia os senhores **José Carlos Guimarães Porto**, brasileiro, casado, Bel em Ciências Contábeis, portador do RG nº 5.947.897-4 SSP/SP e do CPF nº 740.545.978-15, residente e domiciliado no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, na Rua Dom Antônio de Almeida Moraes, 152, Residencial Mirante, CEP 12.506-070, para exercer suas funções no período de 03.01.2024 a 02.01.2026; **Margarida Sueli Macedo Bredariol Canettieri**, brasileira, casada, Tecnóloga em Processos Gerenciais, portadora do RG nº 13.487.300-2 SSP/SP e do CPF nº 040.873.178-89, residente e domiciliada no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, na Avenida Ministro Salgado Filho, nº. 699 - Apto 13, Vila Indiana, CEP 12511-290, para exercer suas funções no período de 03.01.2024 a 02.01.2026; **João Batista Coelho de Oliveira**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 602.483.948-00 e no RG nº 4.153.787-7 SSP/SP, Engenheiro Eletricista, residente e domiciliado à Rua Amândo Rossi, 241, Internacional Park, Guaratinguetá, São Paulo, CEP 12.522-280, para exercer suas funções no período de 03.01.2024 a 02.01.2026. **Miguel Sampaio Júnior**, brasileiro, casado, Bel em Ciências Jurídicas e Matemática, portador do RG nº 6.418.727-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 740.596.378-15, residente e domiciliado no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, na Rua Maurílio Ferraz dos Santos, nº 85, Mirante do Vale, CEP 12.516-450, para exercer suas funções no período de 03.01.2024 a 02.01.2026 e **Renato Barboza Valentim**, brasileiro, casado, Bel em Ciências Contábeis portador do RG nº 02.717.796-3 SSP/RJ e do CPF nº 261.510.227-34, residente e domiciliado no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Rua Barra Velha, 444, Jardim Satélite, CEP 12.230-110, para exercer sua funções no período de 03.01.2024 a 02.01.2026; **c)** Para as funções do Conselheiro Fiscal foram reconduzidos os Senhores **Alexandre Augusto Rocha da Costa**, brasileiro, casado, Bel em Direito, portador do RG nº 2.486.578-72 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 150.197.787-77, residente e domiciliado no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, na Rua José Luiz Rana, nº 169, Bairro Parque do Sol , CEP: 12518-090, para exercer suas funções no período de 03.01.2024 a 02.01.2026. **Giuliano Lobo França**, brasileiro, divorciado, Bel em Direito, portador do RG nº 2214566508 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 185.667.648-03, residente e domiciliado no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, na Rua Duval Rocha, nº 220, Bairro Vila Paraíba, CEP: 12515-710, para exercer suas funções no período de 03.01.2024 a 02.01.2026. **Mauricio Lobosco Werneck**, brasileiro, casado, Bel em Medicina portador do RG. nº 597005886 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 391.578.907-06, residente e domiciliado no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, na Rua João Zappa, nº 119, Bairro Portal das Colinas, CEP: 12.516-300, para exercer suas funções no período de 03.01.2024 a 02.01.2026. **Tânia Mara Reis de Souza Rodrigues da Silva**, brasileira, casada, Bacharel em Ciências Econômicas e Técnica em Contabilidade, portadora do RG nº 168.962.421 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 083.401.148-40, residente e domiciliado no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, na Rua Fada Sayeg Sebe, nº 201, Bairro Portal das Colinas, CEP: 12.560-070, para exercer suas funções no período de 03.01.2024 a 02.01.2026. O novo membro do Conselho Fiscal juntamente com os demais Conselheiros reconduzidos e tomarão posse no cargo aos quais foram eleitos em 03.01.2024, mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio e declaram expressamente, sob as penas da lei, que não possuem quaisquer impedimento por lei especial, que não estão incurso em nenhum crime que o impeça de exercer atividades mercantis ou administrar a sociedade, bem como que não estão condenados ou sob efeito de condenação, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ou suborno, concussão, peculato ou por crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Para os fins do § 20 do art. 149 da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações, os respectivos endereços mencionados nesta ata será o local onde receberão citações e intimações de processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão. O mandato dos respectivos conselheiros encerrará em 02.01.2026. **Encerramento e Assinatura da Ata:** Não havendo mais assuntos a deliberar, foram encerrados os trabalhos. Foi então, suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que, depois de transcrita, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Documentos Arquivados** na Secretaria da Companhia. Certifico que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. Guaratinguetá, 22 de dezembro de 2023. Renato Barboza Valentim, Presidente do Conselho de Administração; Marcus Augustin Soliva, Prefeito Municipal de Guaratinguetá, Representante da Totalidade do Capital Social; José Carlos Guimarães Porto, Vice Presidente do Conselho de Administração; Margarida Sueli Macedo Bredariol Canettieri, Membro do Conselho de Administração; João Batista Coelho de Oliveira, Membro do Conselho de Administração; Miguel Sampaio Júnior, Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração; Laércio Andrade dos Santos, Conselho Fiscal; Alexandre Aubusto Rocha da Costa, Conselho Fiscal; Giuliano Lobo França, Conselho Fiscal; Mauricio Lobosco Werneck, Conselho Fiscal; Tânia mara Reis de Souza Rodrigues da Silva, Conselho Fiscal; Diogo Tavares Margato, Diretor Administrativo e Financeiro. JUCESP nº 103.616/24-0 em 13/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Dunis Participações S.A.

(Em Organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima realizada em 01/10/2024

Hora, Data, Local e Presença: Ao 01 (primeiro) dia do mês de outubro de 2024, às 08:00 (oito) horas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1811, conj. 1119, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, reuniram-se em primeira convocação os fundadores da **Dunis Participações S.A.** ("Companhia"), subscritores da totalidade das ações emitidas pela Companhia nesta data. **Mesa:** Por indicação dos presentes, foi escolhida Nicolle Ramos de Almeida para presidir os trabalhos. **Ordem do Dia:** (i) Constituição da Companhia; (ii) Fixação do capital social da Companhia; (iii) Aprovação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) Eleição dos membros da Diretoria; **Deliberações:** (i) Constituída a mesa, o Sr. Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto Social da **Dunis Participações S.A.**, já de conhecimento de todos, porém cujo teor foi lido a todos os presentes, o qual integra a presente ata na forma de **Anexo I**; (ii) De acordo com o Boletem de Subscrição, o qual integra a presente ata na forma de **Anexo II**, o capital social de R\$ 1.000,00 (mil reais), será dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, da mesma classe e sem valor nominal; (iii) Esclareceu o Sr. Presidente que o valor correspondente a 10% (dez por cento) do capital social subscrito já se encontrava integralizado pelos subscritores, na forma da lei e em moeda corrente nacional. Esclareceu, ainda, conforme art. 81 da Lei Federal nº. 6.404/76, que o depósito referido no inciso III do art. 80 da Lei Federal nº. 6.404/76 será realizado no prazo de 5 (cinco) dias contados da presente data; (iv) Terminada a leitura do projeto do Estatuto Social, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalvas ou oposições, esclarecendo o Sr. Presidente, por consequência, que tendo sido completadas todas as formalidades legais estava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a denominação social de **Dunis Participações S.A.**; (v) A seguir, por unanimidade dos presentes, elegeram o Diretor da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2027, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia **Nicolle Ramos de Almeida**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG sob o n.º 39.498.919-3 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 374.911.538-95, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1811, conj. 1119, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia; O membro da Diretoria ora eleito assina neste ato o respectivo Termos de Posse, que integram a presente ata na forma do Anexo III, e que serão lavrados no correspondente Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia no prazo de 30 (trinta) dias seguintes contados da realização da presente Assembleia, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do Artigo 149 da Lei nº 6.404/76. Ficou estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede social da Companhia. **Declarações:** O Diretor eleito declara, para os devidos fins, nos termos do disposto no art. 147, § 1º da Lei Federal nº. 6.404/76, que não estão incursos em nenhum crime que os impeçam de exercer atividade mercantil, conforme declarações expressas constantes nos Termos de Posse de Diretoria que integram a presente ata na forma de Anexo III. **Encerramento:** Terminada a leitura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém se manifestou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da Ata em livro próprio, nos termos do Artigo 130 da Lei Federal nº 6.404/76, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, a saber: **Acionistas Presentes:** Identificados na página nº 2 do Livro de Presença de Acionistas. **Membro da Diretoria Eleito Presente:** Nicolle Ramos de Almeida. A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. **Mesa:** Nicolle Ramos de Almeida (Presidente). **Visto do advogado:** Rodrigo Luiz Pontes Serrano, OAB/SP 422.067. JUCESP/NIRE nº 3530064914-1 em 15/10/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/11/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – (“Companhia ou GPS”) | Companhia Aberta

Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2024

Data, Hora e Local: No dia 11 de novembro de 2024, às 09:00 (nove horas), na modalidade semipresencial, e assim considerada realizada na sede social da GPS, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000. **Presenças:** Presentes na sede social da GPS os membros titulares do Conselho de Administração da Companhia (“CA-GPS”), a saber, senhores Marcos Luiz Abreu de Lima, Roberto Lopes Pontes Simões e Pedro Franco Sales e, nos termos do parágrafo 6º do artigo 15 do Estatuto Social da GPS e do parágrafo 2º do artigo 5º do Regimento Interno do CA-GPS, a Conselheira Suplente, senhora Fernanda Didier Nascimento Pedreira. Presentes, também, os membros titulares do CA-GPS, a saber, senhores José Caetano Paula de Lacerda, Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho e Piero Paolo Picchioni Minardi, os quais participaram remotamente, nos termos do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da GPS e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 do Regimento Interno do Conselho de Administração. Foi registrada também a presença, como convidado, do Coordenador do Comitê de Auditoria da GPS (“COAUD-GPS”), senhor Carlos Roberto Asciutti, especificamente para apoio às discussões relativas à PD.CA. GPS-027-2024, descrita na Ordem do Dia da presente reunião. **Convocação:** Realizada nos termos do parágrafo 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do parágrafo único do artigo 9º e do artigo 10º do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. **Ordem do Dia: I – PD.CA. GPS-027-2024:** exame, discussão, votação e aprovação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas contidas no formulário de informações trimestrais – ITR da Companhia, referente ao período de 3 (três) meses findo em 30 de setembro de 2024 (“Informações Intermediárias 3T2024”), acompanhadas do relatório de revisão limitada dos auditores independentes da Companhia e dos comentários de desempenho do referido trimestre. **II – PD.CA. GPS-028-2024:** análise, deliberação e aprovação da proposta de Agenda de Governança da GPS para o ano de 2025 (“Agenda GPS 2025”) e do Calendário Anual de Eventos Corporativos da GPS para o ano de 2025 (“Calendário GPS 2025”), este último a ser arquivado na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) até 10 de dezembro de 2024 nos termos do artigo 29 do Regulamento do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado”). **Discussões e Deliberações:** iniciada a reunião, passou-se à análise e discussão da matéria constante da PD.CA-GPS-027-2024, e, após as apresentações, discussões e esclarecimentos que se fizeram necessários, incluindo o reporte de atividades do COAUD-GPS nos termos do parágrafo 2º do artigo 22 do Regulamento do Novo Mercado e a recomendação pelo COAUD-GPS da aprovação das Informações Intermediárias 3T2024, os Conselheiros presentes decidiram aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, as Informações Intermediárias 3T2024, acompanhadas do relatório de revisão limitada dos auditores independentes da Companhia e do comentário de desempenho do referido trimestre – conforme referidos documentos de suporte disponibilizados no Portal do CA-GPS. Na sequência, relativamente à PD.CA. GPS-028-2024, os Conselheiros presentes decidiram aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a proposta de Agenda GPS 2025 e do Calendário GPS 2025, este último a ser arquivado na CVM até 10 de dezembro de 2024 nos termos do Regulamento do Novo Mercado, conforme documentos disponibilizados no Portal do CA-GPS. A Agenda GPS 2025 e o Calendário GPS 2025 serão rubricados pelos integrantes da Mesa e pelos Conselheiros titulares e permanecerão arquivados na sede da Companhia. **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, com a omissão das assinaturas dos senhores Conselheiros presentes. Os Senhores Conselheiros presentes deliberaram ainda que: (i) a assinatura da presente Ata por meio eletrônico ou digital é válida e plenamente eficaz; (ii) ainda que venham a assiná-la digitalmente em local diverso, o local de assinatura é considerado, para todos os fins, como sendo na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (iii) será considerada data de assinatura, para todos os fins e efeitos, a data da presente reunião, independentemente da data que constar na assinatura digital. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata para aprovação e assinaturas. São Paulo, 11 de novembro de 2024. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. Membros do Conselho de Administração: José Caetano Paula de Lacerda; Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho; Marcos Luiz Abreu de Lima; Piero Paolo Picchioni Minardi; Roberto Lopes Pontes Simões; Pedro Franco Sales e Fernanda Didier Nascimento Pedreira. Confere com o original lavrado em livro próprio. Assinaturas: **José Caetano Paula de Lacerda** – Presidente; **Cláudio Petruz** – Secretário.

A55 Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 31.046.158/0001-26 – NIRE 35.300.519.221

Edital de Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, em Número Indeterminado de Séries, Não Conversíveis e Não Permutáveis por Ações, da Espécie Subordinada, para Colocação Privada da Companhia

Pelo presente Edital de Convocação, **A55 Securitizadora S.A.**, sociedade anônima de capital fechado sediada na Alameda Vicente Pinzon, nº 54, andar 3, sala 1, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-130, inscrita no CNPJ sob nº 31.046.158/0001-26, constituída pelo seu Estatuto Social registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 35300519221 (“Emissora” ou “Companhia”), na qualidade de Emissora da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Em Número Indeterminado de Séries, Não Conversíveis e Não Permutáveis Por Ações, da Espécie Subordinada, Para Colocação Privada (“Emissão”), neste ato, representada pelo seus Diretores Srs. André Wetter e André Luiz Oliveira da Silva, nos termos do artigo 71, § 1º da Lei 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e artigo 7º de seu Estatuto Social, **convoca** os titulares de todas as séries das debêntures emitidas no âmbito da Emissão (“Debenturistas”), a se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas (“Assembleia”), a ser realizada, em **primeira chamada**, no dia **19 de novembro de 2024, às 17 horas**, e em **segunda chamada**, no dia **26 de novembro de 2024, às 17 horas**, no endereço virtual abaixo indicado: https://teams.microsoft.com/j/9%3ameeting_YiQzMDZlNmMtOWVhOSQOMzVlTlMzDAtOGE3OGJmMmRlN2Ux%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%222ae5dcbb054-49a0-8f11-3f0d95049785%22%2c%220id%22%3a%22f9819351-1b80-445b-a9bc-d81874fe6174%22%7d. A Assembleia terá a seguinte ordem do dia: (i) liquidação e o encerramento das debêntures objeto do instrumento de Emissão, mediante cessão dos direitos creditórios decorrentes das Debêntures à novos potenciais terceiros interessados; e (ii) definir os termos e condições da deliberação indicada no item (i) da Ordem do Dia, caso aprovado. São Paulo, 11 de novembro de 2024. **A55 Securitizadora S.A.** André Wetter e André Luiz Oliveira da Silva. (12, 13 e 14/11/2024)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br